

**A ORAÇÃO RELATIVA APOSITIVA NO PORTUGUÊS ESCRITO
POR ADOLESCENTES DO NOROESTE PAULISTA SOB A
ABORDAGEM DISCURSIVO-FUNCIONAL**

*THE RELATIVE APPOSITIONAL CLAUSE IN PORTUGUESE
WRITTEN BY ADOLESCENTS FROM THE NORTHWEST
PAULISTA UNDER THE DISCURSIVE-FUNCTIONAL APPROACH*

TOJEIRA-RAMOS, Juan Prete¹
PEZATTI, Erotilde Goreti²

Resumo: Este artigo propõe-se a descrever, sob a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), a oração relativa apositiva, entendida, pragmaticamente, como um Ato Discursivo subsidiário, visto que fornece uma informação de fundo a um Subato Referencial, introduzido no Ato Discursivo nuclear, tendo a função retórica denominada Aposição (CAMACHO, 2016). Trata-se, portanto, de um tipo de Cossubordinação, e não de Subordinação, como proposto pelas gramáticas tradicionais e de referência.

Palavras-chave: Gramática Funcional; Oração Apositiva; Cossubordinação.

Abstract: This article proposes to describe, under the Functional Discourse Grammar approach (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), the relative appositional clause, understood, pragmatically, as a subsidiary Discursive Act, since it provides background information to a Referential Subact, introduced in the nuclear Discursive Act, having the rhetorical function called Apposition (CAMACHO, 2016). It is, therefore, a type of Cosubordination, and not Subordination, as proposed by traditional and reference grammars.

Keywords: Functional Grammar; Appositional Clause; Cosubordination.

Como citar este artigo?

TOJEIRA-RAMOS, J.P.; PEZATTI, E. G. A oração relativa apositiva no português escrito por adolescentes do noroeste paulista sob a abordagem discursivo-funcional. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 20, n. 1, p. 259-282, 2021.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Bolsista da FAPESP (processo n. 2020/15623-7). E-mail: juan.tojeira@unesp.br.

² Professora Associada do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, PPG em Estudos Linguísticos, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Bolsista PQ/CNPq (processo n. 301257/2017-5). E-mail: erotilde.pezatti@unesp.br.

1 Introdução

A pesquisa aqui apresentada relaciona-se ao projeto *O uso dos pronomes relativos no português falado e escrito por adolescentes no interior do estado de São Paulo*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/Proc. Nº. 2020/15623-7), com vigência de maio de 2021 a abril de 2022. Nesse estudo, investiga-se o emprego dos pronomes relativos por adolescentes do interior paulista, nas modalidades oral e escrita do português, com o objetivo de identificar os relativos usados em cada modalidade, os contextos em que ocorre cada um deles e as estratégias de relativização utilizadas (padrão, copiadora e cortadora), conforme definidas por Tarallo (1983).

Dentro desse projeto mais abrangente, o trabalho aqui apresentado propõe-se a descrever, sob o arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; KEIZER, 2015), a oração relativa apositiva (ou não restritiva), procurando mostrar que configura um caso de Cossubordinação, já que se trata do reflexo morfossintático de uma estratégia discursiva, que combina, no Nível Interpessoal, dois Atos Discursivos (A), sendo um deles dependente (subsidiário), que constituem o núcleo de um Movimento (M), e morfossintaticamente constituem cada qual uma Oração.

O modelo teórico aqui adotado, que é bem apresentado na Fundamentação Teórica, ainda que resumidamente, é entendido como uma arquitetura modular, com organização descendente, ou seja, da intenção comunicativa do Falante para a forma das expressões linguísticas. Desse ponto de vista, a oração relativa apositiva consiste em um Ato Discursivo subsidiário, que fornece uma informação adicional a um Subato Referencial (R), introduzido no Ato Discursivo nuclear, tendo uma função retórica intitulada *Aposição (Aside)*, definindo-se no Nível Interpessoal.

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, fornecer uma caracterização da oração apositiva. Como objetivos específicos, este trabalho pretende determinar as propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e prosódicas desse tipo de construção e mostrar que constitui um tipo de Cossubordinação, visto que envolve duas orações combinadas, em que uma delas, embora seja subsidiária, não se caracteriza como um constituinte da oração principal, mas forma com ela a camada da Expressão Linguística.

O universo de investigação desta pesquisa conta com 33 artigos de opinião e 21 relatos de experiência, totalizando 54 textos escritos por jovens em idade escolar, retirados do *Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II*, organizado pela Profa. Dra. Luciani Ester Tenani (Proc. 2009/14848-6, 2013/14546-5), composto de 5.519 redações produzidas por 662 alunos de sexto, sétimo, oitavo e nono anos escolares, em parceria com uma escola pública localizada na cidade de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, Brasil.

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: em um primeiro momento, é apresentado o tratamento dado à oração adjetiva explicativa pela literatura linguística e gramatical; posteriormente, são apresentados os fundamentos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF); por fim, antes das considerações finais, é fornecida uma descrição no que tange às orações relativas apositivas, considerando critérios de natureza pragmática, semântica, morfossintática e prosódica.

2 A oração adjetiva explicativa na literatura gramatical e linguística

Conforme Kury (2002, p. 78), as orações subordinadas adjetivas têm valor adjetival e exercem a função sintática de adjunto adnominal de um substantivo ou de um pronome antecedente. Bagno (2012, p. 900), por sua vez, afirma que as sentenças adjetivas, também chamadas “relativas”, configuram uma estratégia de encaixamento sintático.

As orações subordinadas adjetivas podem, assim como todo adjunto adnominal, depender de qualquer termo oracional, “cujo núcleo seja um substantivo ou um pronome” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 616). De acordo com as gramáticas tradicionais e de referência, há dois tipos de orações adjetivas, as restritivas e as explicativas, sendo estas últimas o foco deste artigo.

Kury (2002, p. 79) afirma que as orações subordinadas adjetivas explicativas exprimem o sentido genérico do substantivo antecedente e apresentam o valor aproximado de um aposto (explicativo ou atributivo). O autor esclarece que a ausência desse tipo de oração não traz prejuízo lógico, mas, sobretudo, de estilo, tendo em vista o sentido geral da frase (KURY, 2002, p. 79). Na modalidade oral, essas orações são isoladas de seu antecedente por uma pausa, que, no caso da escrita, é expressa por uma vírgula, como nos exemplos (1) e (2) (KURY, 2002, p. 79).

(1) A vaidade, *que comumente produz as nossas alegrias e tristezas*, umas vezes tudo nos representa alegre, outras tudo nos oferece triste (Matias Aires, *RVH*, 168).

(2) O pátio, *que se desdobrava diante do copiar*, era imenso (Gr. Ramos, *Inf.*, 12).

As orações adjetivas explicativas aludem a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente, visto que, por serem um apêndice, podem ser prescindidas sem prejuízo completo da mensagem (BECHARA, 2019, p. 490), como em (3). Além disso, levando em conta esse tipo de construção, vê-se que a informação inserida é suplementar e que o antecedente pode se referir tanto a um conjunto quanto a um indivíduo único (NEVES, 2011, p. 375-377).

(3) O homem, *que vinha a cavalo*, parou defronte da igreja. (BECHARA, 2019, p. 491)

Cunha e Cintra (2016, p. 618) consideram que as orações adjetivas explicativas acrescentam uma qualidade acessória ao antecedente, esclarecendo o seu significado, semelhantemente a um aposto. Contudo, os autores salientam que essas orações “não são indispensáveis ao sentido *essencial* da frase” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 618, grifo dos autores), como já visto anteriormente.

De acordo com Rocha Lima (2012, p. 337), a oração adjetiva explicativa consiste em um termo adicional, “que encerra simples esclarecimento ou pormenor do antecedente – não indispensável para a compreensão do conjunto”. O exemplo em (4) ilustra o caso mencionado pelo autor, em que a oração *que é um poemeto épico* configura uma informação suplementar com relação ao antecedente, não apresentando, assim, “nenhuma interferência no entendimento da declaração principal – que subsiste sozinha” (ROCHA LIMA, 2012, p. 337).

(4) “Vozes d’África”, / *que é um poemeto épico*, / representa um alto momento da poesia brasileira. (ROCHA LIMA, 2012, p. 337)

Rocha Lima (2012, p. 337), assim como Kury (2002, p. 79), afirma que é de regra separar a oração adjetiva explicativa por vírgulas (ou travessões). Além disso, para o autor, há línguas, como é o caso do inglês, que utilizam relativos distintos para diferenciar o tipo de oração relativa. Atentando-se ao inglês, por exemplo, *that* caracteriza a oração adjetiva restritiva, e *who* (*whom*) a adjetiva explicativa (ROCHA LIMA, 2012, p. 337).

Kenedy e Othero (2018, p. 113) afirmam que as orações vinculadas pelo processo de hipotaxe, como é o caso das orações tradicionalmente denominadas “adjetivas explicativas”, dispõem de um grau baixo de articulação sintática, em comparação às estruturas encaixadas. Os autores apontam que as orações relativas são encaixadas de efeito sintático-semântico, uma vez que se associam, em uma matriz, sempre à direita de um sintagma nominal que sofre modificação referencial restritiva, diferentemente das orações hipotáticas, cuja articulação ocorre por meio de um efeito sintático-discursivo (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 113).

De acordo com Kenedy e Othero (2018, p. 113), uma oração hipotática desempenha função sintática (adjunto adverbial ou aposto) com relação a uma oração matriz. Para os autores, um aposto é uma função de natureza hipotática, uma vez que equivale à introdução de um constituinte à parte de outro (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 116). Além disso, um aposto retoma a referência ou o conteúdo de um termo mencionado anteriormente na sentença, posicionando-se ao seu lado a fim de lhe conferir algum valor de natureza discursiva, como recapitulação, explicação, resumo e enumeração, dado que apresenta um caráter eminentemente textual (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 116). Sendo assim, as orações apositivas não podem ser definidas como um caso de encaixamento sintático, já que, como já apontado, tratam-se de um tipo de articulação oracional por hipotaxe (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 116).

Considerando os ensinamentos da gramática normativa tradicional, Kenedy e Othero (2018, p. 116) afirmam que as orações hipotáticas apositivas são inadequadamente caracterizadas como “subordinadas substantivas apositivas” ou como “subordinadas adjetivas explicativas”. À vista disso, os autores esclarecem que tal confusão decorre da “semelhança superficial entre orações que são diretamente inseridas na matriz (encaixamento) e orações que são apostas a um constituinte (hipotaxe), o qual, por sua vez, é o que de fato se encaixa em alguma posição sintática da matriz” (KENEDY; OTHERO, 2018, p.

117). Nesse caso, trata-se, portanto, de uma “oração hipotática que se posiciona à parte da matriz, fazendo-lhe uma aposição num período composto por hipotaxe” (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 117).

No caso das orações chamadas de “subordinadas adjetivas” pela tradição gramatical normativa, a diferença semântico-discursiva decorre da articulação sintática estabelecida na composição do período, que pode ser por encaixamento ou por hipotaxe (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 118). Sendo assim, para Kenedy e Othero (2018, p. 118), a simplificação, perpetrada em gramáticas de cunho normativo, na descrição de orações relativas restritivas e de orações relativas explicativas, que são da mesma forma interpretadas como subordinadas e diferenciadas em função do mero emprego de vírgula, “incorre em grave inadequação descritiva e deixa escapar as sutilezas de interpretação que uma grande diferença sintática pode produzir”.

Conforme Kenedy e Othero (2018, p. 117), as orações hipotáticas apostas a um sintagma nominal também são chamadas de relativas apositivas, de relativas explicativas e de relativas não restritivas. Os autores esclarecem que se trata de orações identificadas como “relativas”, posto que esse tipo de oração “toma um SN específico como referente” e “possui em seu interior uma lacuna a ser vinculada a tal SN” (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 117). Por fim, a motivação para o emprego do termo “explicativas” ocorre em virtude do “efeito discursivo promovido pelo aposto oracional” (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 118).

Kenedy e Othero (2018, p. 118) apontam que as orações relativas hipotáticas e relativas encaixadas se articulam à oração matriz de forma diferente. Desse modo, segundo os autores, enquanto as orações encaixadas se associam a um sintagma nominal, modificando-lhe a referência, as orações hipotáticas são apostas a um sintagma nominal e, portanto, não lhe modificam a referência, conforme os exemplos em (5) e (6), em que, no segundo caso, a relativa hipotática acrescenta somente ao sintagma nominal *o povo* uma de suas principais características, isto é, “o fato de o povo sempre lutar” (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 118).

(5) [[_{MATRIZ} [_{SN} O povo [_{ENCAIXADA} que sempre luta] vence]].

(6) [[_{MATRIZ} [_{SN} O povo, [_{HIPOTÁTICA} que sempre luta], vence]].

As orações relativas hipotáticas são introduzidas por pronomes relativos, assim como ocorre nas orações relativas restritivas, que desempenham a mesma função sintática exercida pelo sintagma nominal a que eles substituem (PEZATTI, 2017, p. 77). Em outras palavras, esses pronomes exercem função sintática na oração adjetiva a qual pertencem (NEVES, 2011, p. 380).

Conforme Kenedy e Othero (2018, p. 120), nas relativas hipotáticas, os pronomes relativos realizam uma dupla operação anáfora-catáfora, sendo, por conseguinte, um operador morfossintático, que “assumirá um referente SN na matriz e o associará a uma lacuna no domínio da hipotática”. Além disso, assim como nas subordinadas restritivas, essa “operação relativizadora pode acontecer em qualquer posição sintática nas relativas explicativas, tanto no SN referente da matriz quanto na lacuna na hipotática” (KENEDY; OTHERO, 2018, p. 120).

Na próxima seção, são apresentados os pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

3 Fundamentação teórica: a Gramática Discursivo-Funcional³

A finalidade desta seção é introduzir alguns postulados da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), isto é, um arcabouço teórico de linha holandesa, que constitui um desenvolvimento da Gramática Funcional (GF) elaborada por Simon Dik (1989; 1997). A Figura 1, a seguir, representa a arquitetura geral do modelo, conforme proposta em Hengeveld e Mackenzie (2008).

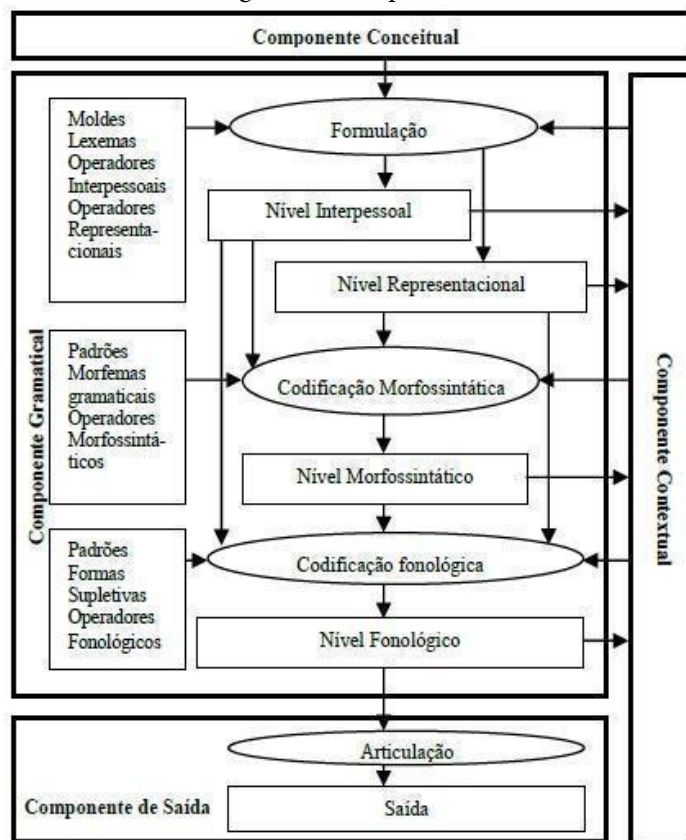
A GDF consiste em um modelo descendente, o que significa que a construção de um enunciado padrão em situação de interação se inicia com a intenção comunicativa de uma mensagem no Componente Conceitual; ainda nessa forma pré-linguística, a mensagem passa para o Componente Gramatical, em que é formulada em unidades de conteúdo pragmático e semântico e codificada em unidades formais de natureza morfossintática e fonológica.

Essa direção descendente é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização assemelhar-se ao processamento linguístico no indivíduo. O modo descendente de organização implica que cada estágio ou componente por que passa a mensagem nesse

³ Texto extraído e reelaborado da Seção 1, “Suporte teórico: a Gramática Discursivo-Funcional”, que integra o artigo: PEZATTI, Erotilde Goreti. Miniorações em anúncios sob a perspectiva discursivo-funcional. *Gragoatá*, Niterói, v. 23, n. 46, p. 492-517, mai.-ago. 2018.

processo constitui a entrada do estágio ou do componente seguinte. Nesse caso, o Componente Conceitual fornece a entrada para o Componente Gramatical, que, por sua vez, fornece a entrada para o Componente de Saída, em que a mensagem é finalmente articulada.

Figura 1 – Arquitetura da GDF



Fonte: adaptada de HENGEVELD; MACKENZIE (2008, p. 13)

O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída, por sua vez, gera as expressões acústicas, escritas ou gestuais, com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. Já o Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.

Na formulação, o Nível Interpessoal representa a ação linguística do Falante em evocar referentes e em atribuir propriedades para conseguir seu

objetivo comunicativo. O sequenciamento de ações linguísticas reflete a ordem das estratégias colocadas em prática pelo Falante para atingir seu objetivo comunicativo. Esse nível é constituído de várias camadas hierárquicas: o Movimento, o Ato Discursivo, a Ilocução, o Conteúdo Comunicado e os Subatos Referencial e Atributivo. Particularmente de interesse para este estudo é a camada do Ato Discursivo, ou seja, a menor unidade identificável de comportamento comunicativo, que corresponde a uma unidade de entonação. Trata-se, pois, de uma unidade básica do discurso, que pode ter diferentes graus de complexidade, desde interjeições, holófrases, até orações simples e complexas.

De modo geral, o Ato Discursivo é composto de uma Ilocução e de um Conteúdo Comunicado. A Ilocução apreende as propriedades formais e lexicais do Ato Discursivo que podem ser atribuídas a um uso interpessoal, convencionalizado para representar uma intenção comunicativa. As intenções comunicativas podem ser de diversos tipos, como chamar a atenção, afirmar, dar ordem, questionar, alertar, requerer, etc. Esses tipos de intenção comunicativa podem ser expressos por meio de interjeição, verbo performativo e Ilocução abstrata. O Conteúdo Comunicado, por seu turno, contém tudo o que o Falante deseja evocar na interação com o Ouvinte, sendo constituído, por sua vez, de um ou mais Subatos. Subatos representam uma forma de ação comunicativa do Falante e são assim chamados porque são hierarquicamente subordinados ao Ato Discursivo. Subatos podem ser de Atribuição (T) e de Referência (R). O primeiro expressa uma tentativa do Falante de evocar uma propriedade, como *correr, bonito, azul*, que se pode aplicar a uma entidade. Já o segundo constitui uma tentativa do Falante de evocar um referente, ou seja, um conjunto nulo, único ou múltiplo de entidades, como *caderno, mesa, cidade, casa, festa, reunião, crença, ideia, razão*. Um Conteúdo Comunicado deve conter pelo menos um Subato.

Já o Nível Representacional trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas, quer referentes ao modo como a língua se relaciona ao mundo extralinguístico que ela descreve, quer aos significados de unidades lexicais, independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação. Esse nível é também constituído de várias camadas hierárquicas. A unidade mais alta é o Conteúdo Proposicional, ou seja, um construto mental, que pode conter um ou mais Episódios, que, por sua vez, são conjuntos de Estados de Coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam unidade ou

continuidade de tempo, lugar e indivíduo. Estados de Coisas incluem eventos e estados que se caracterizam por serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto de realidade. Um Estado de Coisas é estruturado sobre uma Propriedade Configuracional, que tem natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si. Há também camadas não hierárquicas, constituídas do predicado e seus argumentos, que são as seguintes: Propriedade (f), que não tem existência independente e pode somente ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve, em geral; Indivíduo (x), que designa uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de sua existência; Lugar (l), que indica um espaço físico; Tempo (t), que é uma categoria semântica que pode tanto estar ligada à interpretação contextual no momento de fala, como a posições relativas na linha do tempo, ao calendário estabelecido socialmente, a um ponto ou a um trecho na linha do tempo; Maneira (m), que indica o modo como o Estado de Coisas é executado; Quantidade (q), que designa o montante de fenômenos contáveis e incontáveis; e Razão (r), que representa pensamentos que orientam um agente humano para agir de certa maneira.

Na operação de codificação, o Nível Morfossintático tem como tarefa tomar o *input* duplo resultante da formulação dos Níveis Interpessoal e Representacional e fazê-lo emergir em uma única representação estrutural. Assim, a codificação morfossintática converte unidades de significado em unidades morfossintáticas, que, pela codificação fonológica, são convertidas em unidades fonológicas. Igualmente aos níveis da formulação, os níveis da codificação são compostos por camadas hierárquicas: o Nível Morfossintático contém as camadas da Expressão Linguística, da Oração, do Sintagma e da Palavra, e o Nível Fonológico contém o Enunciado, a Frase Entonacional, a Frase Fonológica, a Palavra Fonológica, o Pé e a Sílabas.

De interesse para este artigo é a Expressão Linguística, isto é, a camada mais alta do Nível Morfossintático, que se refere a qualquer conjunto constituído de, pelo menos, uma unidade morfossintática, que pode ser Oração, Sintagma ou Palavra. Quando houver mais de uma unidade na Expressão Linguística, elas terão as mesmas propriedades morfossintáticas, já que não são partes uma da outra, permitindo várias combinações. A combinação de Orações pode resultar em Coordenação, Cossubordinação ou Equiordenação Oracional;

já a combinação de uma Oração com um sintagma se denomina Extraoracionalidade.

A Oração constitui outra camada do Nível Morfossintático, que, considerada uma categoria universal da estrutura morfossintática, constitui um grupo de um ou mais Sintagmas, caracterizados, em maior ou menor extensão, por um padrão de ordenação e por expressões morfológicas de conectividade, notadamente concordância e regência. Em outras palavras, para a GDF, a Oração consiste em uma configuração sequenciada de Palavras, Sintagmas e outras Orações.

A camada abaixo da oração é a do Sintagma, que, assim como a Oração, consiste potencialmente em uma configuração sequenciada de Palavras, de outros Sintagmas e de Oração encaixada. É formado por um núcleo lexical, oriundo do Nível Interpessoal ou Representacional; como entidade lexical, seu núcleo pode ser um verbo (*Vp – Verb Phrase*), um substantivo (*Np – Noun Phrase*), um adjetivo (*Adjp – Adjective Phrase*), um advérbio (*Advp – Adverb Phrase*), ou uma adposição (*Adpp – Adposition Phrase*). A adposição pode ser anteposta (*Prep – Preposition Phrase*) ou posposta (*Posp – Posposition Phrase*) a um nome.

A seção seguinte apresenta uma descrição discursivo-funcional das orações relativas apositivas, considerando suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas.

4 A oração apositiva sob a perspectiva da GDF

Sob o modelo teórico da GDF, Camacho (2012, p. 175), apoiando-se em Vries (2002), afirma que o constituinte “pivô”, semanticamente compartilhado pela oração principal e pela oração relativa, é o elemento que tem a função de conectar a oração relativa e o material circundante. Desse modo, caso o constituinte “pivô”, identificado com um sintagma nominal, apareça expresso na oração principal, ele é identificado como o antecedente, produzindo a relativa de núcleo externo, formada por um pronome relativo, cuja função é recuperar, de forma anafórica, o termo antecedente (CAMACHO, 2016, p. 249). As relativas, portanto, são orações morfossintaticamente encaixadas em um sintagma nominal (CAMACHO, 2016, p. 250).

Segundo Camacho (2012, p. 175), a concepção de antecedente permite a distinção de dois tipos básicos de oração relativa, as relativas com antecedente e as relativas sem antecedente, também chamadas livres (MATEUS et al., 1989, p. 285-286). As orações relativas com antecedente são estruturadas em torno de um nome nuclear e podem ser identificadas como restritiva e apositiva (ou não restritiva), sendo esta última o foco deste estudo.

Com base no *corpus* selecionado, que conta com 33 artigos de opinião e 21 relatos de experiência, totalizando 54 redações escritas por jovens em idade escolar, retiradas do *Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II* (Proc. 2009/14848-6, 2013/14546-5), foram coletadas apenas 13 ocorrências de orações relativas apositivas.⁴

4.1 Aspectos pragmáticos e semânticos

Câmara e Pezatti (2015, p. 13), apoiando-se na proposta de Givón (2001), apontam três características fundamentais da oração relativa apositiva (ou adjetiva explicativa, segundo a tradição gramatical), a saber: (a) normalmente traz um estado/evento que consiste em informação nova, considerada como informações parentéticas que o falante julga menos centrais para o desenvolvimento fundamental do discurso; (b) não modifica núcleo não referencial; (c) e modifica núcleos referenciais únicos, por exemplo, nomes próprios, pronomes e nomes definidos únicos.

As autoras, com base ainda em Givón (2001), afirmam que as orações relativas apositivas podem ser usadas para unir o referente tanto anaforicamente, ou seja, relacionando-se a um núcleo nominal definido, quanto cataforicamente, isto é, referindo-se a um núcleo nominal indefinido. Isto posto, esse tipo de oração é capaz de modificar referentes definidos e indefinidos, sendo que a única oposição entre essas duas ocorrências é o tipo de referência, e não uma distinção no que diz respeito ao *status* da informação da oração relativa apositiva (CÂMARA; PEZATTI, 2015, p. 14).

A oração relativa apositiva é concebida, na GDF, como um Ato Discursivo, ou seja, a menor unidade identificável de comportamento comunicativo, tendo, portanto, uma Ilocução própria, e um Conteúdo

⁴ Foram descartadas as ocorrências que apresentam ambiguidade quanto ao referente; estruturação sintática e organização lógico-semântica mal elaboradas que acarretam problemas relacionados à coesão e coerência textuais, inviabilizando a interpretação adequada; e relativas de frases e não nucleares.

Comunicado (C), constituído de Subatos, que contém tudo o que o Falante deseja evocar na comunicação com o Ouvinte. Assim, esse tipo de oração relativa é entendido como um Ato Discursivo subsidiário, já que fornece uma informação complementar a um Subato Referencial, introduzido no Ato Discursivo nuclear, tendo a função retórica *Aside*, que Camacho (2016) denomina Aposição. Em (7), o Ato Discursivo subsidiário *que vale uma área maior que a da cidade de São Paulo* fornece uma informação de fundo ao Subato de Referência *160.000 hectares de terras de florestas na região norte do país* contido no Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo nuclear *Como o sueco que comprou 160.000 hectares de terras de florestas na região norte do país*.

(7) Como o sueco que comprou 160.000 hectares de terras de florestas na região norte do país, *que vale uma área maior que a da cidade de São Paulo*. (Z08_8A_28F_02)

Considerando o *corpus* em investigação, foram encontradas somente ocorrências de orações relativas introduzidas pelo pronome relativo *que*, como em (8), cuja representação formal se encontra em (9). Segundo Cunha e Cintra (2016, p. 360), esse relativo é usado “com referência a pessoa ou coisa, no singular ou no plural”. Nesse caso, o relativo *que* retoma um referente com a categoria semântica Indivíduo (x), ou seja, um objeto concreto que pode ser localizado no espaço (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 58).

(8) Inicialmente é preciso lembrar desse assunto de Tanta polemina a Internacionalização da Amazônia, muitos estão enteressado nisso, mais ***nos que somos brasileiros não abrimos mão do que é nosso***. (Z08_8A_16M_02)

(9) (M_i: (A_i: -nós não abrimos mão do que é nosso- (A_i)) (A_j: -nós somos brasileiros- (A_j)_{Aside} (M_i))

Segundo Câmara (2015, p. 94), o estatuto de Ato Discursivo da oração relativa apositiva se comprova, por exemplo, pelo fato de ela ter Ilocução independente da oração principal. Na ocorrência em (10), a oração apositiva *que podem até sofrer com a extinção de algumas espécies* apresenta Ilocução declarativa, que se manifesta com um contorno entonacional próprio.

(10) Este lugar são os rios e mares do nosso planeta e isso vai colaborando com a poluição e mortes de vários peixes, *que podem até sofrer com a extinção de algumas espécies.* (Z08_8A_06F_05)

Câmara (2015, p. 95), fundamentada em Cristofaro (2003), afirma que outro “argumento a favor do estatuto de Ato é o fato de a informação veiculada pela relativa apositiva constituir informação pragmaticamente assertiva”, que “corresponde àquilo que o Falante deseja comunicar, ou quer que o Ouvinte saiba ou tome como certo ao enunciar a sentença”. À vista disso, em termos discursivo-funcionais, a “asserção corresponde ao Conteúdo Comunicado veiculado pelo Ato Discursivo” (CÂMARA, 2015, p. 95).

Conforme Câmara (2015, p. 96), embora o núcleo nominal da oração relativa restritiva e da relativa apositiva represente um Subato Referencial (R), “correferencial ao pronome relativo na oração relativa”, somente na oração relativa apositiva “o Subato Referencial é prototipicamente [+] específico para o Falante e [+] identificável para o Ouvinte”. Para a autora, o conceito de identificabilidade se refere “à (não) existência do referente no modelo mental do Ouvinte”, enquanto o de especificidade corresponde “ao fato de o referente ser ou não identificável para o Falante” (CÂMARA, 2015, p. 96). Dessa maneira, é justamente por essa peculiaridade do núcleo que a apositiva geralmente apresenta como núcleo nomes definidos, nomes próprios ou pronomes pessoais. Em (11) e (8), repetida em (12) por conveniência, exemplificam-se casos em que há como núcleo da oração apositiva nome próprio e pronome de primeira pessoa do plural, respectivamente.

(11) Vários países estão na busca pela Amazônia, mas (ela) eles não vão conseguir pois a amazônia é terra mas tem sempre aquele ambicioso como *os Estados Unidos que já tomou praticamente o Canadá* (Z08_8A_19M_02)

(12) Inicialmente é preciso lembrar desse assunto de Tanta polemina a Internacionalização da Amazônia, muitos estão interessado nisso, mais *nos que somos brasileiros* não abrimos mão do que é nosso. (Z08_8A_16M_02)

Conforme visto nos exemplos anteriores, é possível afirmar que a expressão do núcleo nominal, normalmente como [+ específico] e [+ identificável], diz respeito à própria função da relativa apositiva, que é somente a

de acrescentar uma informação adicional acerca de um referente já conhecido pelos interlocutores e disponível no Componente Contextual (CÂMARA, 2015, p. 96).

Pezatti e Câmara (2014, p. 166) observam que o pronome relativo, expediente gramatical responsável por encabeçar uma oração relativa, fornece “um tipo específico de orientação para o estoque de informação nova a ser apresentada, assinalando como o conteúdo comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no componente contextual”, sendo, portanto, formulado, no Nível Interpessoal, como um Subato Referencial (R), com a função pragmática Tópico. No Nível Representacional, o pronome relativo pode indicar qualquer categoria semântica, sendo codificado morfossintaticamente como uma Palavra Gramatical (Gw) (CÂMARA, 2016, p. 329), que, por ser Tópico, assume sempre a posição inicial (P¹) da oração adjetiva (CÂMARA, 2016, p. 331).

Atentando-se ao Nível Representacional, pode-se observar que, na amostra em análise, o antecedente do pronome relativo apresenta, significativamente, as categorias semânticas Indivíduo (x) (53,84%), ou seja, uma entidade tangível que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos existenciais, e Lugar (l) (30,76%), que denota um espaço físico (locação), como em (13) e (14).

(13) Este lugar são os rios e mares do nosso planeta e isso vai colaborando com a poluição e mortes de *vários peixes, que podem até sofrer com a extinção de algumas espécies.* (Z08_8A_06F_05)

(14) Portanto a nossa Amazônia já está praticamente internacionalizada, se muitas ONGs querem ajudar porque não reflorestão *suas florestas, que já se esgotaram* por eles retirarem suas reservas ambientais, e depois na num futuro mais procimo quem sabe nós a internacionalizamos. (Z08_8A_16M_02)

Além das categorias semânticas identificadas anteriormente, foram encontrados casos em que o referente do relativo dispõe de outras categorias semânticas, como Tempo (t) (7,69%), isto é, uma categoria associada à interpretação contextual do momento de fala, conforme exemplificado em (15), e Conteúdo Proposicional (p) (7,69%), ou seja, um construto mental, que pode

ser atestado em termos de sua verdade e qualificado em termos de sua fonte de origem ou de atitudes proposicionais, como em (16).

(15) Antes as pessoas não se preocupavam com a Amazônia, *agora que Eliasch comprou uma boa parte da floresta*, as pessoas estão se preocupando mais com a floresta. (Z08_8A_14F_02)

(16) Mas no mesmo tempo (rasura)* desenhava um idílico mundo futuro, libertado *das soberanias nacio_nais*, em que (o futuro) \tudo/ é de todos. (Z08_8A_28F_02)

O pronome relativo desempenha funções semânticas na oração relativa apositiva, dado que motivações semânticas se sobrepõem às sintáticas. Dessa forma, se argumento, o relativo é capaz de desempenhar uma das seguintes macrofunções: (1) Ativo (A – *Actor*), que representa o participante ativamente envolvido no Estado de Coisas; (2) Inativo (U – *Undergoer*), que representa o participante passivo envolvido no Estado de Coisas; (3) Locativo (*Locative*), que é a função semântica normalmente, mas não obrigatoriamente, atribuída a um participante com a categoria semântica Lugar; (4) e Referência (Ref – *Reference*), desempenhada pelo argumento de uma propriedade de um lugar, representada por nomes relacionais, nomes de parentesco, expressões locativas e posse inalienável. O modificador (σ) de Estado de Coisas, por outro lado, pode desempenhar diferentes tipos de funções semânticas.

Os dados mostram que o pronome relativo *que* exerce, de modo geral, o papel de argumento da Propriedade Configuracional (f^c – *Configurational Property*). Nesses casos, o relativo desempenha as funções semânticas Inativo (U) (61,53%) e Ativo (A) (23,07%), respectivamente (17) e (11), repetida em (18).

(17) Esses caminhões *que é a diezel* isso polui muito, mesmo por que quando, não chove já ficou o tempo seco ai poera um caminhão, isso pode também trazer novos tipos de doenças. (Z08_8A_10M_05)

(18) Vários países estão na busca pela Amazônia, mas (ela) eles não vão conseguir pois a amazônia é terra mas tem sempre aquele ambicioso como os Estados Unidos *que já tomou praticamente o Canadá* e também já tomou San Diego do Me Mexico e agora quer tomar a nossa amazonia, quer ela seja sege internacionalizada (Z08_8A_19M_02)

No *corpus* selecionado para esse estudo, há duas ocorrências em que o pronome relativo atua como modificador da Propriedade Configuracional, desempenhando as funções semânticas Tempo (t) (7,69%) e Localização (*Location* – loc) (7,69%), conforme as ocorrências em (15) e (16), repetidas em (19) e (20), respectivamente.

(19) Antes as pessoas não se preocupavam com a Amazônia, agora **que** *Eliasch comprou uma boa parte da floresta*, as pessoas estão se preocupando mais com a floresta. (Z08_8A_14F_02)

(20) Mas no mesmo tempo (rasura)* desenhava um idílico mundo futuro, libertado *das soberanias nacionais*, **em que** (o futuro) *\tudo/ é de todos*. (Z08_8A_28F_02)

Considerando as ocorrências (7) e (14), repetidas em (21) e (22), é importante evidenciar que, embora a categoria semântica dos referentes seja Lugar (l), não há alteração com relação à função semântica do pronome relativo, visto que, nesses casos, ele atua como argumento da Propriedade Configuracional e desempenha a função Inativo (U).

(21) Como o sueco que comprou **160.000 hectares de terras de florestas na região norte do país**, **que vale uma área maior que a da cidade de São Paulo**. (Z08_8A_28F_02)

(22) Portanto a nossa Amazônia já está praticamente internacionalizada, se muitas ONGs querem ajudar porque não reflorestão **suas florestas, que já se esgotaram** por eles retirarem suas reservas ambientais, e depois na num futuro mais próximo quem sabe nós a internacionalizamos. (Z08_8A_16M_02)

4.2 Aspectos morfossintáticos e fonológicos

Um dos objetivos dessa subseção é mostrar que a oração adjetiva apositiva (ou não restritiva) se trata do fenômeno morfossintático denominado Cossubordinação, já que envolve duas orações combinadas, em que uma delas, apesar de dependente, não se caracteriza como um constituinte da outra, como será visto detalhadamente adiante.

A Cossubordinação é entendida como um processo morfossintático distinto tanto da Coordenação, que mantém uma relação de independência entre as orações combinadas, como em (23), quanto da Subordinação, que mantém uma relação de constituência entre as orações articuladas, como em (24).

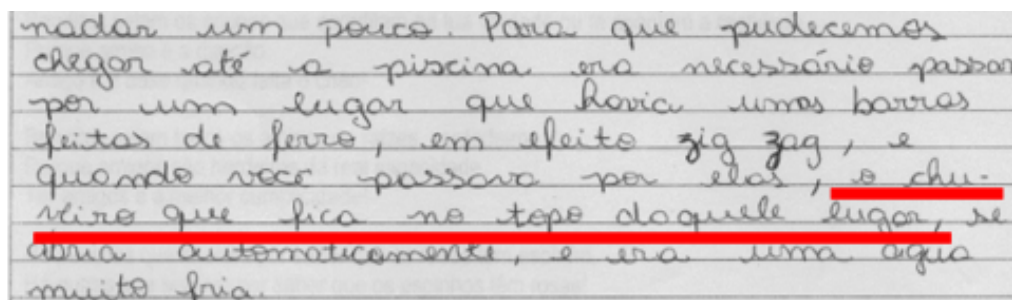
(23) *Eu conheci eles (be) já faz muito tempo, mas nunca falei com um dos dois* (Z11_8A_09M_01)

(24) *E muitos bichos que mora na Amazônia estão em extinção e se acabar com a Amazônia todas os bichos vão entrar em extinção.* (Z08_8A_12F_02)

Conforme já apontado na subseção anterior, a oração relativa apositiva é entendida, na formulação pragmática, como um Ato Discursivo subsidiário (dependente), porque fornece uma informação complementar a um Subato Referencial (R), introduzido no Ato Discursivo nuclear (CAMACHO, 2016), o que reflete na morfossintaxe. Desse modo, as orações relativas apositivas se definem no interior de uma relação de Cossubordinação, em razão da função pragmática de Aposição (*Aside*) que assumem em relação a outro Ato Discursivo, com o qual estabelecem uma relação de dependência de mão única (CAMACHO, 2016, p. 304).

Keizer (2015, p. 182-183) afirma que, no processo de Cossubordinação, duas orações se combinam, sem que nenhuma seja parte da outra, de forma que uma oração pode, e a outra não, ser usada independentemente, conforme ilustra o exemplo destacado na Figura 2 e em sua transcrição e representação em (25) e (26). Nessa ocorrência, a oração relativa apositiva *que fica no topo daquele lugar* não é autossuficiente e não chega a ser um constituinte da primeira oração *o chuveiro se abria automaticamente*, que tem, em si mesma, uma interpretação autossuficiente, como defende Camacho (2016, p. 300).

Figura 2 – Exemplo de oração relativa apositiva (Texto: Z11_8A_02F_01)



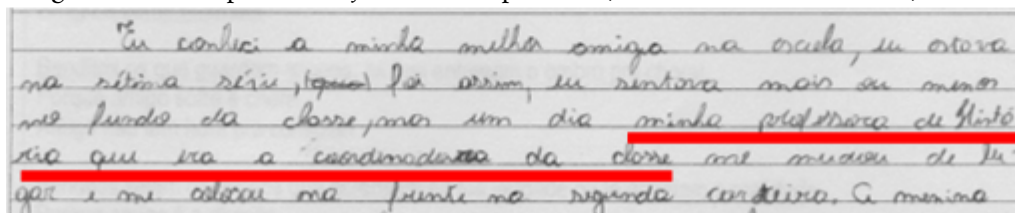
Fonte: Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II (TENANI, 2015)

(25) Para que pudésemos chegar até a piscina era necessário passar por um lugar que havia umas barras feitas de ferro, em efeito zig zag, e quando você passava por elas, o chuveiro que fica no topo daquele lugar, se abria automaticamente, e era uma água muito fria. (Z11_8A_02F_01)

(26) (Le₁: (Cl₁: -o chuveiro- (Cl₂: -que se abria automaticamente- (Cl₂)) -fica no topo daquele lugar- (Cl₁)) (Le₁))

Assim como Keizer (2015, p. 182-183), Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 309) afirmam que uma situação em que duas ou mais unidades formam uma Expressão Linguística (Le) é aquela em que nenhuma é um constituinte da outra, mas a combinação dessas unidades forma uma única unidade formal, conforme se exemplifica na ocorrência marcada na Figura 3 e em sua transcrição e representação em (27) e (28). Nesse exemplo, a relativa apositiva *que era a coordenadora da classe* não é um constituinte da oração nuclear *minha professora de História me mudou de lugar*, que dispõe de uma autossuficiência interpretativa, configurando, assim, um caso de Cossubordinação.

Figura 3 – Exemplo de oração relativa apositiva (Texto: Z11_8A_10F_01)



Fonte: Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II (TENANI, 2015)

(27) Eu conheci a minha melhor amiga na escola, eu estava na sétima série, (qua) foi assim, eu sentava mais ou menos no fundo da classe, mas um dia *minha professora de História que era a coordenadora da classe me mudou de lugar* e me colocou na frente na segunda carteira. (Z11_8A_10F_01)

(28) (Le₁: (Cl₁: -minha professora de História- (Cl₂: -que era a coordenadora da classe- (Cl₂)) -me mudou de lugar- (Cl₁)) (Le₁))

Como se pode observar, por ser “o ato discursivo, representado pela oração não restritiva, uma função subsidiária do outro ato discursivo, representado pela oração nuclear”, o reflexo morfossintático mais evidente é uma relação de Cossubordinação (CAMACHO, 2016, p. 300), e não de subordinação, como já postulado pelas gramáticas tradicionais e de referência, uma vez que a oração relativa apositiva não ocorre como constituinte da oração nuclear.

Conforme Precioso (2013, p. 348), a codificação fonológica compreende que a oração relativa apositiva (ou não restritiva) se constitui de dois Atos Discursivos (A_I e A_J) dependentes e mobiliza três sintagmas entonacionais (dois com contorno não final e um com contorno final), como se vê em (29), (30) e (31). Embora esse trabalho tenha como objetivo a caracterização da oração relativa apositiva no português escrito, evidencia-se que esse tipo de construção constitui, fonologicamente, uma Frase Entonacional, uma vez que, em uma articulação entre os níveis que integram o Componente Gramatical da GDF, um Ato Discursivo corresponde, no Nível Fonológico, a uma unidade de entonação, que se caracteriza por “um núcleo, ou seja, um movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas que é essencial para a interpretação da frase entonacional como um todo”, como apontam Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 63).

(29) *Aminha melhor ~~que eu considero~~ amiga que eu considero* é a minha mãe (Z11_8A_14F_01)

(30) *Aminha melhor amiga* (começo de A_I) *que eu considero* (A_J) é a minha mãe (fim de A_I)

(31) (U_i : (IP_i: -a minha melhor amiga- (IP_i)) (IP_j: -que eu considero- (IP_j)) (IP_k: -é a minha mãe- (IP_k)) (U_i))

Kury (2002, p. 79), sob o ponto de vista tradicional, afirma que, na língua falada, as orações adjetivas explicativas são isoladas de seu antecedente por uma pausa, que, na modalidade escrita, é expressa pelo uso de vírgulas. Com base no *corpus* em investigação, é possível observar que, em grande parte das ocorrências, o aluno não emprega a vírgula para delimitar a oração relativa apositiva, como é o caso do exemplo em (15), exemplificado em (32), em que falta uma vírgula entre o referente temporal *agora* e a oração apositiva *que Eliasch comprou uma boa parte da floresta*.

(32) Antes as pessoas não se preocupavam com a Amazônia, *agora que Eliasch comprou uma boa parte da floresta*, as pessoas estão se preocupando mais com a floresta. (Z08_8A_14F_02)

Soncin e Rodrigues (2018), ao analisarem o emprego de vírgulas em esquema duplo em textos produzidos por estudantes dos dois últimos anos do Ensino Fundamental II, afirmam que a “presença de vírgula em orações adjetivas explicativas, ao menos em uma das posições, foi mais recorrente do que a ausência total de vírgulas” (SONCIN; RODRIGUES, 2018, p. 1587), conforme se vê no exemplo anterior. Para as autoras, mesmo que o emprego não ocorra de acordo com as exigências da convenção, “a presença da vírgula, embora com oscilação entre as categorias, é um índice de que, em geral, há o reconhecimento de sinalizar a hierarquização da estrutura explicativa” (SONCIN; RODRIGUES, 2018, p. 1588). Assim, por outro lado, observa-se também, por meio das orações adjetivas explicativas, o que se chama atenção com relação ao aposto, dado que “os escreventes reconhecem que tais estruturas explicativas requerem o emprego da vírgula em esquema duplo para sinalizar na escrita alguma diferença no que tange à estruturação do enunciado” (SONCIN; RODRIGUES, 2018, p. 1588).

É necessário que seja acentuado, em sala de aula, que a presença da vírgula, na modalidade escrita, não determina o tipo explicativo, posto que o uso do sinal de pontuação é “consequência de uma formulação pragmática, que se reflete na prosódia” (PEZATTI; CÂMARA, 2014, p. 158). Desse modo, o

professor deve levar o aluno a perceber a intenção comunicativa do escritor ao formular uma oração adjetiva como explicativa ou restritiva (PEZATTI; CÂMARA, 2014, p. 158), uma vez que o objetivo comunicativo do falante e/ou do produtor do texto é o que define o tipo de oração relativa, mas isso é assunto para um outro trabalho.

Considerações finais

Neste estudo, investiga-se a oração relativa apositiva (ou não restritiva), considerando aspectos de natureza pragmática, semântica, morfossintática e prosódica.

Conclui-se, com base na análise das 13 ocorrências coletadas e no arcabouço teórico da GDF, que a oração tradicionalmente denominada adjetiva explicativa é concebida como um Ato Discursivo, tendo, dessa forma, uma Ilocução própria e um Conteúdo Comunicado (C), composto de Subatos, que contém tudo o que o Falante deseja evocar na comunicação com o Ouvinte em um dado contexto sociocomunicativo. Sendo assim, entende-se a relativa apositiva como um Ato Discursivo subsidiário com função retórica de Aposição (*Aside*), que fornece uma informação suplementar a um Subato Referencial (R), introduzido no Ato Discursivo nuclear, definindo-se no Nível Interpessoal.

No *corpus* em investigação, o expediente gramatical que introduz esse tipo de construção é o pronome relativo *que*. No Nível Interpessoal, esse relativo corresponde a um Subato Referencial (R), com a função pragmática Tópico; já no Nível Representacional, responsável pelas distinções semânticas, observa-se que esse instrumento gramatical atua, significativamente, como argumento da Propriedade Configuracional, desempenhando a função Inativo (U), embora possa exercer qualquer função semântica.

No Nível Morfossintático, a relativa apositiva configura o fenômeno morfossintático intitulado Cossubordinação, tendo em vista que envolve duas orações combinadas, em que uma delas, apesar de dependente, não se caracteriza como um constituinte da outra oração. Fonologicamente, essa construção é codificada como uma Frase Entonacional, já que, em uma relação de alinhamento entre os níveis de organização linguística, equivale, em geral, a um Ato Discursivo, isto é, a menor unidade identificável de comportamento comunicativo correspondente a uma unidade de entonação.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CAMACHO, Roberto Gomes. Construções relativas sob a perspectiva discursivo-funcional. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de (org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. v. 1. p. 171-200.

_____. As orações relativas. In: PEZATTI, Erotilde Goreti. (org.). *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2016. p. 249-306.

CÂMARA, Aliana Lopes. *A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional: interface entre a descrição e o ensino*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2015.

_____. A oração relativa: moldes de conteúdo. In: PEZATTI, Erotilde Goreti (org.). *Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2016. p. 307-340.

CÂMARA, Aliana Lopes; PEZATTI, Erotilde Goreti. Descrição discursivo-funcional do núcleo nominal da oração relativa em português. *Revista do GEL*, v. 12, n. 1, p. 9-32, 2015.

CRISTOFARO, Sonia. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

DIK, Simon. *The theory of Functional Grammar*. Part I – The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GIVÓN, Talmy. *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. v. 2.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____. Gramática discursivo-funcional. Trad. Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. v. 1, p. 43-85.

KEIZER, Evelien. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. *Para conhecer sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2018.

KURY, Adriano da Gama. *Novas Lições de Análise Sintática*. 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MATEUS, Maria Helena Mira, et al. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PEZATTI, Erotilde Goreti; CÂMARA, Aliana Lopes. Da descrição ao ensino da oração adjetiva: a perspectiva dos livros didáticos de língua portuguesa. *Linguística*, Montevideu, v. 30, n. 2, p. 141-170, 2014.

PEZATTI, Erotilde Goreti. *Sintaxe descritiva da língua portuguesa: Gramática Discursivo-Funcional*. São José do Rio Preto, 2017 (Apostila Didática).

_____. Miniorações em anúncios sob a perspectiva discursivo-funcional. *Gragoatá*, v. 23, n. 46, p. 492-517, 2018.

PRECIOSO, Aliana Câmara. Estudo discursivo-funcional das construções relativas na lusofonia: reflexões sobre o ensino. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 335-360, 2013.

SONCIN, Geovana; RODRIGUES, Aline de Azevedo. A interação sintaxe-prosódia em usos de vírgula em esquema duplo. *Domínios de Linguagem*, v. 12, n. 3, p. 1571-1606, 21 set. 2018.

TARALLO, Fernando. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

TENANI, Luciani Ester; VALÊNCIO, Carlos Roberto; SCARPELINI NETO, Paulo; KAWABATA, Thatiane. BR 51 2015 000035-7, 2014.

TENANI, Luciani. *Banco de Dados de Escrita do Ensino Fundamental II*. FAPESP, UNESP, 2015. Disponível em: <http://www.convenios.grupogbd.com/redacoes/Login>.

VRIES, Mark de. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot, 2002.